

DESTAQUE NOVA VAGA DE AUSTRERIDADE



O El País dava em manchete que Portugal impõe uma redução dos salários para cumprir o défice. No site, o diário espanhol escrevia que Passos tinha posto os portugueses a fazer contas ao salário.

REACÇÕES



Jorge Armindo
Presidente da Amorim Turismo

"Não é por aqui que o desemprego vai diminuir. Os portugueses vão ficar com menos dinheiro e por isso o consumo vai diminuir."



Carlos Barbot
Presidente das Tintas Barbot

"Se a ideia era puxar pelas exportações, deviam ter dado um benefício fiscal às empresas exportadoras. Não fomenta o emprego, porque com a procura a diminuir não há empresa que vá contratar."



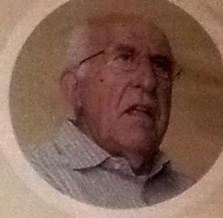
Miguel Júdice
Presidente do Grupo Lágrimas

"Se as pessoas têm menos dinheiro vão retirar-se ainda mais a consumir. Não vai ser isto que vai gerar emprego, mas cria um balão de oxigénio para as empresas."



António Rodrigues
Presidente do Grupo Casais

"As empresas vão continuar a despedir porque não há actividade. O desemprego não vai diminuir e com o corte do consumo a receita tenderá a cair, logo os objectivos devem ficar aquém do esperado."



Henrique Neto
Empresário

"Retirar 7% dos salários aos trabalhadores por conta de outrem vai reduzir o consumo interno. Vamos ver o que dirá o Tribunal Constitucional sobre as decisões agora anunciadas."



Luís Reis

Presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição

"Estas medidas, ao provocar a redução do consumo, são extraordinariamente negativas para o sector da distribuição. Não se criará um único emprego, pelo contrário serão destruídos postos de trabalho. É tempo de o esforço de consolidação orçamental ser feito do lado da despesa e não da receita."



Eduardo Rangel
Presidente do grupo Rangel

"As medidas irão traduzir uma nova redução do poder de compra e do consumo interno, mas traz a vantagem de aumentar a competitividade das empresas para exportar e para criar emprego."



João Paulo Oliveira
Vice-presidente do grupo Bosch e responsável pela gestão em Portugal

"Tinha alguma esperança que se fizesse algo em sede de IRC, que em Portugal ainda é muito elevado. Neste campo fiquei desapontado."



Manuel Tarré
Presidente da Gelpeixe

"Levará a nova redução do consumo e começa a não haver capacidade para se comer. O sector agroalimentar fica ainda mais afectado. Não me surpreende que se assista a uma queda visível nas vendas."

Empresários alertam para a quebra no consumo

Descida da TSU não cria mais

Empresários estão preocupados com a retracção no consumo e com a conseqüente falta de actividade

Elisabete Felismino,
Mónica Silveiras e Dírca Lopes
elisabete.felismino@economico.pt

Os empresários portugueses estão preocupados com a contracção do consumo das famílias expectável para 2013, depois de Passos Coelho ter anunciado um agravamento das contribuições para a Segurança Social, tanto para os trabalhadores do sector público como do privado, em sete pontos percentuais. Medidas que poderão pôr em causa a expectativa de que o próximo ano será de "inversão" da recessão económica.

As empresas que não trabalham para o sector exportador vão ser fortemente penalizadas com a contracção ainda mais significativa do consumo no próximo ano, agora que também o sector privado vai ser afectado, na

prática, com um corte superior a um subsídio. Segundo o INE, o consumo das famílias já caiu 5,9% no segundo trimestre em termos homólogos (ver pag. 12).

E nem o facto das empresas terem sido poupadas com a descida da Taxa Social Única (TSU) dos 23,75% para os 18% ameniza a preocupação dos empresários que adiantam ainda que a medida não vai criar mais emprego. "Nada me adianta que desçam a TSU se as pessoas não têm dinheiro para comprar sapatos", queixa-se Fortunato Frederico, presidente do grupo Kyaia, o maior grupo de calçado nacional, que já exporta mais de metade da sua produção.

Opinião idêntica tem Luís Reis, presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição que considera que "estas me-

CUSTO DO TRABALHO

Menos custos

A descida agora anunciada de 5,75 pontos, no valor das contribuições vem juntar-se a outras poupanças que as empresas vão ter no próximo ano após as mudanças no Código do Trabalho. Dados do Governo divulgados pelo Jornal de Negócios indicam que as alterações à lei laboral vão provocar um corte de 5,23% no custo por hora trabalhada, tendo em conta o fim de quatro feriados e da majoração das férias bem como o corte no valor de horas extra e nas indemnizações.

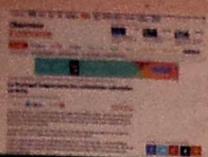
didas ao provocarem uma redução do consumo são extraordinariamente negativas para o sector da distribuição". O consumo de bens alimentares caiu 0,5% no segundo trimestre. Luís Reis vai mesmo ao ponto de afirmar que "não se criará um único emprego, pelo contrário, serão destruídos postos de trabalho". O presidente da APED mostra ainda estranheza por nada ter sido dito sobre as PPP, fundações ou cortes adicionais na enorme despesa pública.

Se a distribuição prevê redução ao nível do emprego, o sector do turismo não é diferente. Jorge Armindo, presidente da Amorim Turismo, diz que "não é por aqui que o desemprego vai diminuir". Miguel Júdice, presidente do grupo Lágrimas concorda mas reconhece que "poderá ajudar a reter as pessoas, uma vez que é criado um ba-

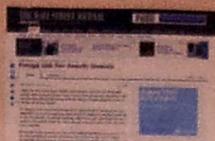
lão de oxigénio às empresas".

Na construção civil, um dos sectores mais castigados pela falta de actividade, a expectativa não é muito diferente. António Rodrigues, presidente do grupo Casais, admite que "as empresas vão continuar a despedir pessoas porque não há actividade".

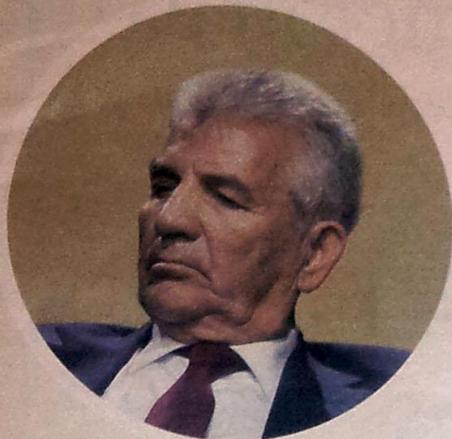
Descer os custos salariais torna as empresas mais competitivas nos mercados externos, mas com a economia da zona euro a abrandar e, em risco de recessão, os ganhos podem não ser suficientes para ampliar a base exportadora. De referir que o sector exportador é responsável por apenas 15% dos custos salariais. O primeiro-ministro durante a sua comunicação ao país justificou a descida da TSU para as empresas com esta intenção: "Reduzimos custos e tornamos pos-



Em França, o *Nouvel Observateur* destacava o aumento das contribuições sobre os trabalhadores em detrimento da descida da carga fiscal sobre as empresas.



No Reino Unido, o *Wall Street Journal* apresentava as medidas como o mais recente aperto de cinto. O jornal destacava o anúncio das medidas à hora do jogo da selecção.



Fortunato Frederico
Presidente do grupo Kyala

"Estas medidas não têm pés nem cabeça, as empresas precisam de trabalhar. Não me adianta nada que desçam a taxa social única para as empresas se as pessoas não têm dinheiro para me comprar sapatos."



Nuno Ribeiro da Silva
Presidente da Endesa Portugal

"A redução da TSU faz sentido em termos do sinal dado para mitigar a penalização fiscal a que as empresas estão sujeitas. Não me sinto confortável é que não se tenha feito ajustes na despesa pública."



Antonio Saraiva
Presidente da CIP

"Trata-se de uma medida que há muito defendemos, embora em moldes diferentes, como forma de aumentar a competitividade das empresas, nomeadamente as exportadoras, e de fomentar o emprego."

emprego

para as empresas.

sível uma redução de preços, que no exterior, torne as empresas mais competitivas nos mercados internacionais".

João Paulo Oliveira, vice-presidente do grupo Bosch, concorda com o primeiro-ministro neste ponto. "A redução da TSU é um sinal positivo para as empresas serem mais competitivas", e admite que "poderá ter algum impacto na criação de emprego". "No entanto tinha alguma esperança que se fizessem algo em sede do IRC", lamenta. Também Carlos Barbot, presidente das Tintas Barbot, preferia que o Governo tivesse aproveitado a ocasião "para baixar o IRC e dessa forma atrair investimento estrangeiro".

Já Manuel Tarré, presidente da Gelpixe, considera que a redução da TSU "dá um alento", porque já as empresas estão "a ser

penalizados com o aumento das matérias-primas, dos combustíveis e da electricidade". Ainda assim, a Gelpixe só contratará "desde que o mercado cresça".

Para o presidente da Endesa Portugal, Nuno Ribeiro da Silva "a redução da TSU é um sinal que é dado para mitigar a penalização fiscal a que as empresas estão sujeitas". Mas adianta: "Não me sinto confortável por não se terem feito ajustes na despesa pública".

A dificuldade de acesso ao financiamento das empresas é outra das preocupações das pequenas e médias empresas e que apenas foi referida ao de leve por Passos Coelho. ■

➔ **Veja as declarações dos empresários na íntegra em www.economico.pt**

CDS assume "desconforto" e Seguro ameaça chumbar OE

Anúncio de Passos põe em causa consenso social e político e ameaça coligação.

Márcia Galvão
marcia.galrao@economico.pt

O consenso social e político tão aclamado pela 'troika' nos últimos meses parece ter chegado ao fim. E não é só do lado da oposição que Passos Coelho parece ter cada vez menos apoios. O PS assumiu ontem que não será "cúmplice" das medidas anunciadas pelo primeiro-ministro para o Orçamento do Estado 2013, deixando implícito o voto contra. A UGT já ameaçou rasgar o acordo tripartido da concertação social. E até o parceiro de coligação do Governo - CDS - assume que os anúncios do primeiro-ministro criaram "desconforto" e exigem que se repense o acordo entre Passos e Portas.

Ao *Diário Económico*, alguns centristas com responsabilidades dentro do partido, admitiram que é preciso "repensar" o acordo de Governo. O "aumento descarado de impostos" que é representado pelo aumento das contribuições dos trabalhadores para a Segurança Social é visto como "uma tentativa de pôr o CDS na ordem", depois deste ter vindo reiteradamente dizer que não era possível aumentar a carga fiscal.

Para já, o partido espera uma reacção de Paulo Portas, que se escusou a comentar as medidas durante o fim-de-semana, em Brasília. No sábado, quando falar na 'rentrée' do partido no Porto, o presidente do CDS será obrigado a dar explicações sobre o que foi anunciado. "Começa a ser difícil" a convivência entre os parceiros de coligação, assume fonte centrista, considerando necessário "analisar tudo com atenção". Outra fonte, com responsabilidades directivas no partido, sublinha que é ainda extemporâneo comentar as medidas anunciadas, mas deixa o recado: "Isto ainda não acabou na sexta-feira". O próprio ex-líder do CDS, Bagão Félix, disse que se trata de "um verdadeiro imposto".

Também a mensagem que Passos Coelho deixou no Facebook "como cidadão e como pai" caiu mal no parceiro da coligação, com alguns a considerá-la "estapafúrdia" e "desadequada". Marcelo Rebelo de Sousa repudiou esta forma de comunicar do primeiro-ministro,

mas não antecipou o fim da coligação. No seu comentário habitual na TVI, o professor disse ontem que é preciso explicar melhor as medidas e que o anúncio de Passos revela "impreparação" e algo feito ad-hoc. Por fim, voltou a exigir remodelação, dizendo que não há presidência do Conselho Ministros, o que revela que o chefe de Go-



António José Seguro
Secretário-geral do PS

Os socialistas não serão "cúmplices das políticas erradas do primeiro-ministro. É tempo de separar as águas de modo ainda mais claro".



Luís Montenegro
Líder parlamentar do PSD

O PS "desistiu de assumir os seus compromissos e as suas responsabilidades quer para com o passado quer para com o futuro do País".



Marcelo Rebelo de Sousa
Comentador

"Estou à espera que o primeiro-ministro me explique como é que isto não é um imposto. Fica a ideia que para agradar ao CDS não se chama imposto ao que é um imposto".

verno está "mal assessorado" e pediu também "exemplo" ao Governo, desafiando Passos a cortar o seu próprio salário. Ao Presidente da República pediu uma maior "intervenção, mas discreta".

Se dúvidas existiam de que o PS iria votar contra o Orçamento do Estado para 2013, ontem elas ficaram praticamente desfeitas com o discurso de António José Seguro no final da Universidade de Verão do PS, no Porto: "Quando o primeiro-ministro opta por estas medidas não pode ignorar o que o PS tem dito nem a consequência que isso terá na votação que faremos do OE para 2013", ameaçou. Os socialistas não serão "cúmplices das políticas erradas do primeiro-ministro", disse Seguro, acrescentando que "é tempo de separar as águas de modo ainda mais claro".

Uma reacção que levou o PSD a afirmar que o PS "desistiu de assumir os seus compromissos e as suas responsabilidades quer para com o passado quer para com o futuro do País", disse o líder parlamentar Luís Montenegro, pedindo aos socialistas que apresentem alternativas ao veto do Tribunal Constitucional.

Quanto aos parceiros sociais, nem mesmo a CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) aplaudiu os anúncios do primeiro-ministro, lembrando que a descida da Taxa Social Única para as empresas era algo que defendia, mas "em moldes diferentes", e lamentando que não tenha sido compensada pelo lado da receita fiscal. Do lado da UGT, a reacção foi mais dura, com João Prouença a dizer que as medidas põem em causa o "diálogo político e social" e a desafiar o Presidente da República a pedir a sua apreciação por parte do Tribunal Constitucional. Terça-feira, na reunião de direcção, será tomada uma decisão mais definitiva, sabendo-se de antemão que o ministro da Economia está preocupado com o possível rasgar do acordo tripartido. Para hoje está também marcada uma reunião extraordinária da comissão executiva da CGTP para discutir as medidas anunciadas por Passos Coelho e decidir eventuais respostas. Para já, nada está decidido, mas nenhuma forma de luta está afastada, incluindo uma greve geral. "Todas as formas de luta estão na mesa", avançou fonte sindical ao *Diário Económico*. ■ **com C.O.S.**



A "redistribuição" das taxas sociais vai "ajudar à sustentabilidade" da Segurança Social e, simultaneamente, "embaratecer" o custo do trabalho em Portugal", disse Mota Soares, ministro da Segurança Social.



"Aquilo que nos parece evidente é que as medidas que nós estamos a tomar são medidas que acima de tudo garantem a sustentabilidade dos sistemas públicos", disse o secretário de Estado Adjunto da Saúde, Fernando Leal da Costa.



"Estamos perante um desafio de desobediência ao Tribunal Constitucional, acto que revela traços de autoritarismo e falta de sentido de Estado por parte do primeiro-ministro", disse ex-candidato presidencial Manuel Alegre.

Saiba o que Passos anunciou e o que

Trabalhadores do sector privado vão perder mais de um salário por ano com subida da TSU.

Lígia Simões
e Cristina Oliveira e Silva
ligia.simoes@economico.pt

Saiba como vão funcionar as novas medidas de austeridade para 2013, a quem se aplicam e qual o seu impacto. As medidas são "ainda mais penalizadoras para os funcionários públicos do que a perda de dois subsídios" e, no caso dos privados, o impacto da subida da Taxa Social Única "representa sempre mais que um salário líquido mensal", defende Anabela Silva. No entanto, a 'senior manager' da consultora E&Y alerta que as medidas podem ser compensadas com uma redução das taxas de retenção, "ainda que possam a vir a ser reduzidas menos que o possível, para antecipar receita". Apesar de uma eventual descida das taxas de retenção atenuar o impacto da medida "haveria sempre uma redução do salário líquido no final do mês", garante a consultora.

Privados vão ter corte
O primeiro-ministro anunciou um aumento dos descontos para a Segurança Social de 11% para 18%, que se reflectirá no sector privado na perda superior a um salário líquido.

Função Pública perde mais
O aumento da TSU será mais penalizador que o corte de dois subsídios, caso não haja alterações às taxas de retenção mensais de IRS.

Reformados mantêm cortes
Os reformados e pensionistas mantêm o corte dos dois subsídios, numa medida que o Governo quantificou em 951 milhões de euros.

ano é diferente do de 2012. Os funcionários públicos têm o corte automático de um dos subsídios e o segundo será distribuído pelos restantes 12 meses do ano. Mas, tal como os privados vão ter um aumento dos descontos de 11% para 18%. Isto significa, na prática, a perda de um dos subsídios, anunciou o primeiro-ministro. Mas, de acordo com as simulações da Ernst&Young, os funcionários públicos saem mais prejudicados. "O cenário para 2013, perda de um subsídio e aumento da Segurança Social compensado pela reposição do outro subsídio, é ainda mais penalizador para os funcionários públicos do que a perda de dois subsídios", analisa Anabela Silva, senior manager da consultora. Além disso, com a reposição gradual de um dos subsídios alguns funcionários públicos poderão subir de escalão e ter, todos os meses uma retenção na fonte superior. Estas duas análises partem do pressuposto que não haja alterações às tabelas de retenção ou aos escalões de IRS.

4 REFORMADOS MANTÊM CORTE DE DOIS SUBSÍDIOS

Para cerca de 2,5 milhões de pensionistas e reformados mantêm o corte dos dois subsídios de férias e de Natal (parcial e progressivo dos dois subsídios para pensões acima de 600 euros e até 1.100 euros). Ou seja, cerca de 90% dos pensionistas estão isentos dos cortes de 13º e 14º mês.

5 EMPRESAS VÃO PASSAR A DESCONTAR MENOS

O aumento da TSU exigida aos privados e à Função Pública permitirá, em contrapartida, descer a contribuição exigida para empresas em 5,75 pontos percentuais para 18% (actuais 23,75%). O objectivo é redução dos custos que oneram o trabalho e aumentar a competitividade das empresas fomentando as exportações.

6 MAIS IRS E MENOS DEDUÇÕES

2013 será um ano negro para os bolsos dos contribuintes. Além das alterações à TSU, a subida de impostos vai ter mais impacto no próximo ano e virá através do IRS referente aos rendimentos de 2012, com a grande maioria dos portugueses a confrontarem-se com um tecto para o conjunto das deduções fiscais (saúde, educação, casa e seguros) que oscila entre os 1.250 e 1.100 euros entre o 3º e 6º escalão, desaparecendo o direito a estas deduções nos dois escalões seguintes, a partir de rendimentos acima de 66.045 euros. A factura fiscal será ainda agravada com o aumento do IMI a pagar resultante da reavaliação dos prédios em curso. ■

Empresas descontam menos
A redução da TSU de 23,75% para 18% tem por objectivo reduzir os custos de trabalho e o combate ao desemprego.

Cortes permanentes
Ao contrário da Função Pública, onde a nova medida vigora até final de 2014 (período do programa de assistência), no sector privado foi já atribuído "carácter permanente" à nova quebra de rendimento mensal.

1 SECTOR PRIVADO PERDE MAIS DE UM SALÁRIO

O Orçamento do Estado para 2013 (OE/13) irá prever um aumento dos descontos para a Segurança Social em sete pontos percentuais, face à contribuição actual de 11%. A medida a aplicar no próximo ano equivale à perda superior a um salário líquido anual, segundo as simulações da Ernst&Young para o Diário Económico. No entanto, esta situação poderá ser corrigida com alterações das tabelas de retenção do IRS ou na entrega da declaração. Este fim-de-semana, o Ministério das Finanças garantiu que notícias que dão conta de eliminação até dois salários é "especulativa", avançando que os detalhes sobre a mecânica da aplicação da medida de agravamento das contribuições serão conhecidos mais tarde.

2 MEDIDA PERMANENTE PARA PRIVADOS

Passos Coelho avançou que a medida vigora até ao final do plano de assistência (até final de 2014) para a Função Pública e reformados. Mas nada disse quanto ao sector privado. Fonte oficial do gabinete do primeiro-ministro admitiu, entretanto, que, neste caso, a medida de aumento das contribuições foi tomada como sendo de "carácter permanente". Um instrumento de gestão das finanças, que significa que pode ser alterado no futuro, mas não se sabe quando.

3 FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS COM 12 SALÁRIOS

O esquema a aplicar no próximo





"Como economista, estou muito indignada com as medidas anunciadas. [...] O Governo usou um falso objectivo [a criação de emprego] para justificar algumas medidas", reagiu Manuela Arcanjo, ex-ministra socialista.



"Acho que é um erro tremendo. [...] Não há caso nenhum de país que tenha resolvido o seu problema de emprego reduzindo os salários", considera o economista João Ferreira de Amaral.



"O Estado social é uma esperança que não se pode deitar pela janela" [...] "é o Estado que está em crise, não a nação". Urge "restituir ao País a posição de dignidade a que tem direito", disse Adriano Moreira, ex-líder do CDS-PP.

falta saber

O QUE FALTA SABER SOBRE AS NOVAS MEDIDAS

Subsídio de desemprego

A subida dos descontos deve ter efeito no subsídio de desemprego, que corresponde a 65% do salário bruto sem exceder 75% do líquido. Como a prestação é calculada com base nos salários dos primeiros 12 dos últimos 14 meses, é possível que o corte se aplique a partir de Março. Um salário bruto de 800 euros que dê hoje direito a subsídio de 528 euros passa a valer 529 euros.

Independentes

Há grupos de trabalhadores (e entidades empregadoras) que descontam menos face ao regime geral. É o caso de IPSS, desportistas, pensionistas em actividade, etc. O Governo não explicou se estes casos também estão abrangidos pelas mudanças anunciadas. Também falta saber se haverá alterações no regime dos trabalhadores independentes, que descontam 29,6%.

Medida definitiva

Passos Coelho garantiu que a suspensão dos subsídios de funcionários públicos e pensionistas "continuará a ser determinada pelo período de vigência" do memorando. Mas não fez referências relativamente ao sector privado. No entanto, o jornal 'Público' noticiou ontem que o corte de um salário (tanto para o sector público como privado) será definitivo.

Capital e mais ricos

O OE/13 trará mais medidas que afectam os rendimentos de riqueza e do capital, no seguimento do que foi feito este ano. Em 2012 as taxas libertatórias aumentaram de 21,5% para 25%, e as mais-valias mobiliárias de 20% para 25%. Foi criada uma taxa adicional de IRS de 2,5% para rendimentos superiores a 153.300 euros (46,5% para 49%).

Deduções no IRS

Se nada for feito, a subida das contribuições de 11% para 18% serão deduzidas à colecta do IRS, como actualmente acontece, perdendo o efeito que o Governo pretende de arrecadar mais receita. Deverá, assim, ser introduzido um travão que poderá passar pela reorganização dos escalões de rendimento, que já foi, aliás, prometida pelo Executivo.

RSI

A descida do salário líquido também pode ter influência no Rendimento Social de Inserção (RSI), aumentando o acesso ou o valor da prestação. Para averiguar se há direito ao RSI, contabiliza-se 80% dos rendimentos de trabalho, sem contribuições. Aumentando o desconto, cai o rendimento líquido e aumenta a possibilidade de aceder ao RSI ou de ver aumentar o seu valor.

Empregadores

No discurso de sexta-feira, o primeiro-ministro anunciou que a subida em sete pontos percentuais nas quotizações seria igualmente aplicável aos funcionários públicos. Mas não esclareceu se a descida das contribuições, anunciada para as empresas do sector privado, também será aplicável às entidades empregadoras da Administração Pública.

Rendimento mensal

O Governo assumiu que o rendimento disponível, mensal, dos funcionários públicos não será alterado face a este ano. Agora, salários até 600 euros não perdem subsídios e o corte era gradual até aos 1.100 euros. Se a intenção é diluir um subsídio em 12 meses e depois aumentar o desconto, é preciso um regime específico para acautelar estas situações.

Lucros de empresas

Em 2013, as grandes empresas terão mais impostos. Este ano foi eliminada a taxa reduzida de IRC de 12,5% (até 12.500 euros de lucro tributável), aplicando-se taxa de 25% ao total de rendimentos. Aumentou ainda a derrama para 3% para lucros superiores a 1,5 milhões e foi introduzida taxa de 5% para lucros superiores a dez milhões.

Crédito fiscal

Haverá um esquema de protecção adequado e proporcional para proteger os trabalhadores com menores rendimentos (públicos e privados). Passará a ser um crédito fiscal em sede de IRS a abater no ano seguinte aquando da entrega das declarações para neutralizar ou reduzir o impacto da subida da TSU. O salário mínimo, líquido, vai descer de 431,65 para 397,7 euros.

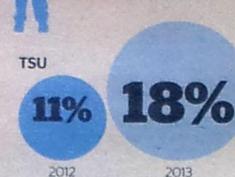
SIMULAÇÕES

QUAL O IMPACTO DAS MEDIDAS NO SEU RENDIMENTO

Nos trabalhadores privados, o impacto da subida da Taxa Social Única (TSU) representa sempre mais do que um salário líquido mensal. Já a perda de um subsídio e aumento da TSU (compensado pela reposição do outro subsídio) é ainda mais penalizadora para os funcionários públicos do que a de perda de dois subsídios. Isto no pressuposto que não há alterações às actuais tabelas de IRS.

Trabalhador do sector PRIVADO

Taxa Social Única (TSU) paga pelos trabalhadores do sector privado passa de 11% para 18%. Isto é o equivalente à perda superior a um salário por ano.



Trabalhador do sector PÚBLICO

É mantido o corte de um dos subsídios anuais em 2013. O Governo vai ainda repor o outro distribuindo-o por 12 meses de salários. A TSU sobe também dos 11% para os 18%.



PENSIONISTA

Mantém-se o corte dos dois subsídios de Natal e de férias para os reformados enquanto vigorar o Programa de Assistência Económica e Financeira.



SIMULAÇÕES DO IMPACTO MENSAL E ANUAL NO SALÁRIO

PRIVADO (casado dois titulares, 2 dependentes)

Remuneração bruta actual mensal	2012 - Salário líquido anual com TSU a 11% (e com 2 subsídios)	2013 - Salário líquido anual com TSU a 18% (e com dois subsídios)	Perda mensal em salário líquido	Perda anual em salário líquido	Impacto da perda anual (em número de salários líquidos mensais com TSU a 11%)	Impacto da perda anual (em percentagem salário líquido anual actual)
500	6.230€	5.740€	-35€	-490€	110	78%
750	8.873€	8.136€	-53€	-735€	116	8,28%
1000	11.200€	10.220€	-70€	-980€	123	8,75%
1500	15.750€	14.280€	-105€	-1.470€	131	9,33%
2.000	19.600€	17.640€	-140€	-1.960€	140	10,00%
2.500	22.750€	20.300€	-175€	-2.450€	151	10,77%
3.000	26.880€	23.940€	-210€	-2.940€	153	10,94%
3.500	30.870€	27.440€	-245€	-3.430€	156	11,1%
4.000	34.720€	30.800€	-280€	-3.920€	158	11,29%
4.500	38.430€	34.020€	-315€	-4.410€	161	11,48%
5.000	42.000€	37.100€	-350€	-4.900€	163	11,67%

PRIVADO (solteiro, sem dependentes)

Remuneração bruta actual mensal	2012 - Salário líquido anual com TSU a 11% (e com 2 subsídios)	2013 - Salário líquido anual com TSU a 18% (e com dois subsídios)	Perda mensal em salário líquido	Perda anual em salário líquido	Impacto da perda anual (em número de salários líquidos mensais com TSU a 11%)	Impacto da perda anual (em percentagem salário líquido anual actual)
500	6.230€	5.740€	-35€	-490€	110	78%
750	8.663€	7.928€	-53€	-735€	119	8,48%
1000	11.050€	10.080€	-70€	-980€	124	8,86%
1500	15.540€	14.07€	-105€	-1.470€	132	9,46%
2.000	19.320€	17.350€	-140€	-1.960€	142	10,14%
2.500	22.750€	20.300€	-175€	-2.450€	151	10,77%
3.000	26.880€	23.940€	-210€	-2.940€	153	10,94%
3.500	30.380€	26.950€	-245€	-3.430€	156	11,29%
4.000	34.720€	30.800€	-280€	-3.920€	158	11,29%
4.500	38.115€	33.705€	-315€	-4.410€	162	11,57%
5.000	41.650€	36.750€	-350€	-4.900€	165	11,76%

1) Nos termos do regime jurídico de retenção na fonte, os subsídios de férias e de Natal são sempre objecto de retenção autónoma, não podendo, para o cálculo do imposto a reter, ser adicionados às remunerações dos meses em que são pagos ou postos à disposição. Quanto os subsídios de férias e de Natal forem pagos fracçãoadamente, reter-se-á, em cada pagamento, a parte proporcional do imposto calculado nos termos do número anterior. 2) No impacto anual, foi considerado que a TSU incide apenas sobre 12 meses, dado que funcionários públicos não recebem um dos subsídios. 3) Cálculos efectuados tendo em conta taxas de retenção na fonte e não a liquidação de imposto devido a final.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO (casado dois titulares, 2 dependentes)

Remuneração bruta actual mensal	2012 - Salário líquido anual com TSU a 11% (sem os 2 subsídios)	2013 - Salário líquido anual com TSU a 18% e um subsídio	Perda mensal em salário líquido	Perda anual em salário líquido (face a 2012; pública não recebeu subsídios)	Impacto da perda anual em % salário líquido anual actual (face a 2012)
500	5.340€	5.330€	-€	-10€	0,19%
750	7.605€	7.556€	-4€	-48€	0,64%
1000	9.600€	9.490€	-9€	-108€	1,15%
1500	13.500€	13.260€	-20€	-240€	1,78%
2.000	16.800€	16.380€	-35€	-420€	2,50%
2.500	19.500€	18.850€	-54€	-650€	3,33%
3.000	23.040€	22.230€	-68€	-810€	3,52%
3.500	26.460€	25.480€	-80€	-960€	3,70%
4.000	29.760€	28.600€	-97€	-1.160€	3,90%
4.500	32.940€	31.590€	-113€	-1.350€	4,10%
5.000	36.000€	34.450€	-128€	-1.550€	4,31%

FUNCIONÁRIO PÚBLICO (solteiro, sem dependentes)

Remuneração bruta actual mensal	2012 - Salário líquido anual com TSU a 11% (sem os 2 subsídios)	2013 - Salário líquido anual com TSU a 18% e um subsídio	Perda mensal em salário líquido	Perda anual em salário líquido (face a 2012; pública não recebeu subsídios)	Impacto da perda anual em % salário líquido anual actual (face a 2012)
500	5.340€	5.330€	-€	-10€	0,19%
750	7.425€	7.361€	-5€	-64€	0,86%
1000	9.480€	9.360€	-10€	-120€	1,27%
1500	13.320€	13.065€	-20€	-255€	1,91%
2.000	16.560€	16.120€	-37€	-440€	2,66%
2.500	19.500€	18.850€	-54€	-650€	3,33%
3.000	23.040€	22.230€	-68€	-810€	3,52%
3.500	26.040€	25.025€	-80€	-1.015€	3,90%
4.000	29.760€	28.600€	-97€	-1.160€	3,90%
4.500	32.670€	31.298€	-114€	-1.372€	4,20%
5.000	35.700€	34.125€	-131€	-1.575€	4,41%

1) Nos termos do regime jurídico de retenção na fonte, os subsídios de férias e de Natal são sempre objecto de retenção autónoma, não podendo, para o cálculo do imposto a reter, ser adicionados às remunerações dos meses em que são pagos ou postos à disposição. Quando os subsídios de férias e de Natal forem pagos fracçãoadamente, reter-se-á, em cada pagamento, a parte proporcional do imposto calculado nos termos do número anterior. 2) No impacto anual, foi considerado que a TSU incide apenas sobre 12 meses, dado que funcionários públicos não recebem um dos subsídios. 3) Cálculos efectuados tendo em conta taxas de retenção na fonte e não a liquidação de imposto devido a final. 4) Funcionários públicos abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.



"Acho que se deu a machadada final no regime previdencial [...] que é aquele em que há uma relação directa entre o esforço que os trabalhadores fazem e os benefícios que têm", disse Bagão Félix, conselheiro de Estado.



"Este Governo é fanaticamente neoliberalista e o neoliberalismo é responsável por todas as crises que tem havido", considerou Almeida Santos, presidente honorário do PS.



"O aumento das contribuições para a Segurança Social vai implicar menor poder de compra, ora um menor poder de compra vai arrefecer ainda mais a economia", declarou Alberto João Jardim, líder do PSD-Madeira.

Paulo Alexandre Coelho

O ministro das Finanças, Vitor Gaspar, apresenta esta semana o resultado da quinta avaliação da 'troika'.



Austeridade não evita mais medidas para baixar o défice orçamental

As medidas apresentadas não são suficientes para cobrir o desvio das contas públicas.

Marta Moltinho Oliveira e Bruno Prouença
marta.oliveira@economico.pt

O agravamento da Taxa Social Única (TSU) para as famílias não evita o anúncio de mais medidas de austeridade. O pacote de medidas que fará parte do Orçamento do Estado para 2013, e que o primeiro-ministro anunciou na sexta-feira, serviu para explicar aos portugueses como será resolvido o chumbo do Tribunal Constitucional (TC), disse ao Diário Económico fonte governamental.

Desde Julho que o Governo tem em mãos um problema para resolver: limpar de inconstitucionalidade a norma para 2013 que prevê a suspensão do pagamento dos subsídios de férias e Natal. O Ministério das Finanças tinha então de encontrar uma solução com o mesmo impacto orçamental. Ou seja, que valesse 2.015 milhões de euros.

Na sexta-feira, ainda durante as negociações entre o Governo português e a 'troika' no âmbito da quinta revisão do programa de ajustamento, o primeiro-mi-

nistro anunciou a solução. Os pensionistas do público e privado mantêm o corte dos dois subsídios. Os trabalhadores do Estado vêem a TSU subir em sete pontos percentuais, comendo assim o duodécimo de um dos subsídios que será recebido pelos trabalhadores todos os meses. O outro subsídio não será pago. A combinação destas duas

AUSTERIDADE

2,5 mil milhões

As medidas anunciadas pelo Governo na sexta-feira valem 2,5 mil milhões de euros, mas não servem para tapar o buraco das contas do Estado.

DÉFICE

3%

A meta do défice para 2013 está em 3%, depois de um défice de 4,5% este ano. Se não houver flexibilidade, as medidas de austeridade terão de ser significativamente reforçadas.

medidas serve para resolver o problema criado pelo chumbo do TC.

Além disso, Pedro Passos Coelho anunciou que em 2013 a TSU sobe para os trabalhadores do sector privado, de uma taxa de 11% para 18%, e em contrapartida as empresas vêem os seus descontos baixar de 23,75% para 18%. A desvalorização fiscal, que o Governo tinha abandonado no ano passado por considerar arriscada, implica um agravamento dos descontos de 34,75% para 36%. Ou seja, são cerca de 500 milhões de euros a mais que vão para os cofres da Segurança Social.

No entanto, estes 500 milhões de euros (o equivalente a 0,3 pontos do PIB) não são suficientes para resolver o problema orçamental em mãos e que já está evidente nas contas deste ano.

O Governo já assumiu que a meta deste ano de um défice de 4,5% do PIB não será alcançada, dada a quebra das receitas fiscais e a situação da Segurança Social, penalizada pela redução das contribuições - a principal fonte

de receita daquele subsector - e o aumento dos gastos com subsídios de desemprego.

O desvio deste ano já está estimado em 1,2 mil milhões de euros, acima dos 500 milhões de folga conseguidos com as medidas apresentadas.

No início dos trabalhos da quinta revisão, o Governo trabalhava com um défice de 5,3%. Se a meta deste ano for para manter, a austeridade é inevitável. Mesmo que o Governo consiga alguma flexibilidade para o défice deste ano, tem de corrigir parte daquele desequilíbrio que se arrasta para 2013, ano para o qual a meta do défice é de 3%.

A ideia de mais medidas de austeridade já foi assumida por Passos Coelho no discurso de sexta-feira, quando referiu um agravamento dos impostos sobre as grandes empresas e os rendimentos de capitais. Tal como o Diário Económico noticiou na semana passada em cima da mesa está o cenário de agravar o IVA de alguns bens (mudando-os para uma tabela com uma taxa de IVA mais alta). ■

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Valores em %

■ Contribuição da empresa
■ Contribuição do trabalhador



Fonte: Governo



"O Governo afastou já o PS e provavelmente a UGT de um possível consenso. Estou certo de que o Presidente da República e o TC estão atentos", alertou António Capucho, ex-conselheiro de Estado.



"É chocante manter os cortes aos pensionistas, tudo isto é socialmente grave", disse Mira Amaral, ex-ministro de Cavaco Silva e actual presidente do banco BIC, em declarações ao Público.



"Sinto uma certa angústia porque entendo que já não tenho tempo para ver o País melhorar", reagiu Ramalho Eanes, antigo Presidente da República.

Consumo das famílias já caiu 5,9% desde que a 'troika' chegou

Economistas antecipam que novas medidas do Governo vão penalizar o consumo.

Marta Moltinho Oliveira
marta.oliveira@economico.pt

A austeridade está a levar as famílias a cortar no consumo. Desde que a 'troika' chegou a Portugal, os gastos das famílias caíram 5,9%, uma tendência que se deverá acentuar a partir de Janeiro próximo, quando os trabalhadores começarem a descontar para a Segurança Social 18% do seu salário bruto em vez dos actuais 11%.

Os dados publicados sexta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que entre o segundo trimestre de 2011 - quando Portugal assinou o programa de ajustamento orçamental - e o segundo trimestre deste ano, o consumo privado recuou 5,9%. Esta quebra manifestou-se mais intensamente nos bens de consumo duradouro (-22,3%) do que no consumo corrente. Com um peso de 85% para a formação do produto, as decisões de consumo das famílias acabaram por determinar uma diminuição de 3,3% no PIB no espaço de um ano.

A quebra no consumo deverá acentuar-se no próximo ano, quando os trabalhadores virem aumentados os seus descontos para a Segurança Social. Esta é a convicção que vários economistas foram transmitindo des-

O Governo espera uma quebra de apenas 0,7% no consumo das famílias, depois de um recuo de 6,3% este ano.

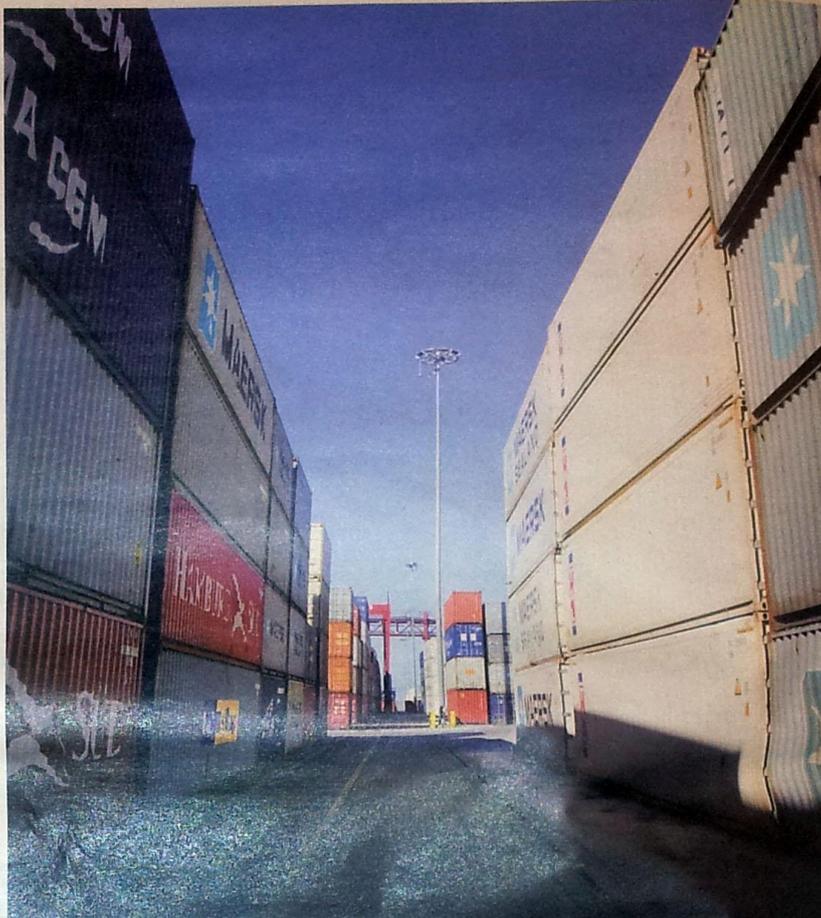
de que o primeiro-ministro anunciou um agravamento da TSU para as famílias, compensado por um desagramento para as empresas.

"Não é por causa desta diminuição [para as empresas] que vai haver um aumento de contratações. O que vai acontecer é que estas medidas, que diminuem o rendimento disponível das famílias, vão diminuir o consumo e, diminuindo o consumo, provavelmente é atacada a saúde das empresas e o desemprego tenderá a subir", disse ontem o ex-ministro das Finanças, Bágão Félix, citado pela Lusa.

No entanto, o Governo acredita no contrário. As medidas apresentadas vão "combater o crescimento do desemprego", defendeu o primeiro-ministro. Num documento interno do Governo, a que o Diário Económico teve acesso, e que serve de base à fundamentação das medidas, o Executivo elenca treze razões para mostrar que as medidas cumprem o objectivo de combater o desemprego, que este ano ficará nos 15,5% e no próximo nos 16%. "Alivia as condições de tesouraria das empresas e, por isso, diminui a pressão para os despedimentos" e "reduz bastante os desincentivos à contratação de trabalhadores".

Apesar disso, os empresários contactados pelo Diário Económico (ver texto nas páginas 6 e 7) não vêem razões para satisfação já que antecipam uma quebra no consumo. A redução nas vendas tem sido aliás a maior preocupação das empresas. Ainda recentemente, no Inquérito ao Investimento realizado pelo INE, os empresários elegiam a quebra nas vendas como o principal obstáculo ao investimento. E os números mostram isso mesmo. Os dados do INE revelam que maior que o recuo do consumo das famílias foi a redução do investimento, que desde que a 'troika' chegou encolheu 18,7%.

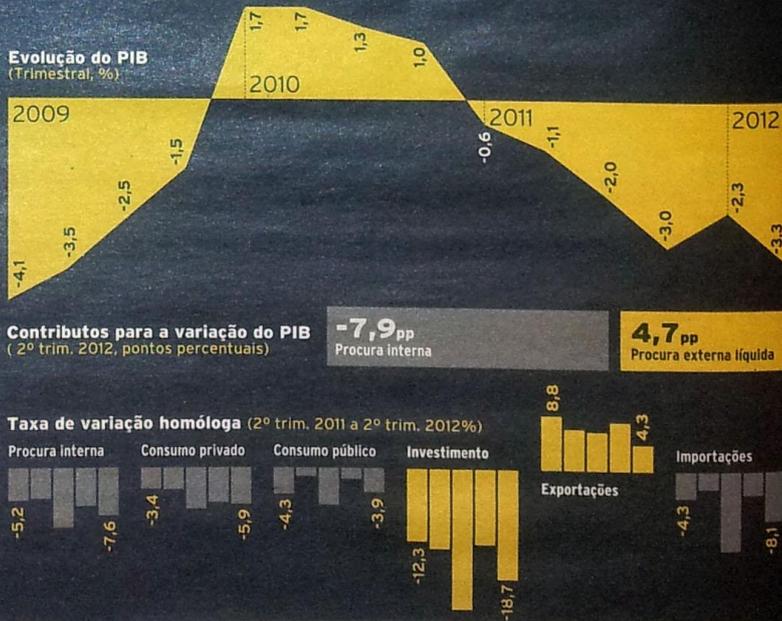
No Documento de Estratégia Orçamental o Governo previa uma quebra no consumo das famílias de 6,3% este ano e 0,7% no próximo. ■ I.D.B



Paulo Alexandre Coelho

Queda no investimento agrava recessão

O PIB caiu 3,3% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. O agravamento da recessão foi determinado pelo andamento da procura interna, com o investimento a recuar 18,7%, o que ajudará a degradar o produto potencial. A procura externa líquida deu um contributo positivo, mas à custa da forte queda das importações, já que as exportações ainda crescem, mas menos que no primeiro trimestre.



Fonte: INE

Infografia: Marta Carvalho | marta.carvalho@economico.pt



"Duvido que a desclida da TSU crie a prazo mais emprego e temo que o aumento da carga fiscal sobre o trabalho tenha um mau impacto nas receitas, tal como já está a acontecer este ano", disse Francisco Assis, ex-líder parlamentar do PS.



"Com um descaramento inacreditável [o Governo] anuncia novas e mais brutais medidas, em nome da solução dos problemas que deliberadamente agravaram e continuam a agravar", disse o líder do PCP, Jerónimo de Sousa.



"O Governo não tem emenda, só sabe impor sacrifícios aos que vivem do seu trabalho", disse o deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo.

facebook

Pesquisa pessoas, locais e coisas



Pedro Passos Coelho

88.827 gostos · 850 falam sobre isto

Político(a)

Sobre

Gosto

Mensagem



Fotos

88.827

Gostos

Uma pequena refeição de Verão. Caras amigas e amigos. O ritmo de tomada de

Notas

Passos insultado virtualmente depois de chamar "amigos" aos portugueses

O primeiro-ministro publicou ontem uma mensagem no seu mural da rede social reiterando que as medidas de austeridade que anunciou na sexta-feira "representam um passo necessário e incontornável no caminho de uma solução real e duradoura". Mas foi a forma como se dirigiu aos portugueses chamando-lhes "amigos" que mais críticas recebeu. Nos mais de 19 mil comentários que tinha ontem à hora de fecho desta edição, o primeiro-ministro podia ler várias reacções violentas de cidadãos chamando-o de "escumalha" ou pedindo que se demita. Mas também pedidos para que corte nas gorduras do Estado e que estas reduções nos salários são "erradas" e "injustas".

Recent Posts by Others on **POSTS A VULSO**

Like · Comment · Share



Patrícia Vieira

O seu nome será para sempre lembrado pela grande maioria que é o povo, como um dos piores do nosso país. Sorte tem em sermos um povo calmo e de brandos costumes no entanto acho que deveríamos tirá-lo dessa posição o mais rapidamente possível.

Recent Posts by Others on **POSTS A VULSO**

Like · Comment · Share



José Alves

Sr. primeiro-ministro. Se não tem outra possibilidade do que continuar a tirar aos pobres em vez de tirar aos poderosos, DEMITASE.

Inconstitucionalidade pode impedir entrada em vigor do OE em Janeiro

Constitutionalistas alertam para inconstitucionalidade das medidas apresentadas por Passos.

Filipe Garcia

filipe.garcia@economico.pt

São várias as vozes que surgiram a defender a inconstitucionalidade das propostas de Passos Coelho, garantindo que desrespeitam o acórdão do Tribunal Constitucional (TC) e até há quem alerte para o risco do Orçamento do Estado para 2013 (OE/13) não poder entrar em vigor no primeiro dia de Janeiro. "Se não chegarem a um entendimento com o Presidente da República a probabilidade de se chegar a 1 de Janeiro sem lei do orçamento é elevada", alerta, ao Diário Económico, o constitucionalista, Pedro, Bacelar Vasconcelos.

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), em nota enviada à Lusa, considerou as novas medidas apresentadas por Passos Coelho "uma afronta ao TC" e constitucionalistas, ouvidos pelo Diário Económico, seguem o mesmo caminho. "O teor do comunicado parece-me muito insatisfa-

tório, não só pela violação da igualdade, mas porque se agrava a discriminação aos reformados", diz Bacelar Vasconcelos para quem as medidas anunciadas "violam tanto do princípio da igualdade como do da confiança, que também é constitucional". Também Vitalino Canas considera que o Governo "ou não leu o acórdão do TC ou está a tentar desafiar-lo". "Se as medidas tiverem o alcance que parecem ter acentua-se a violação dos princípios da confiança e da proporcionalidade", diz o deputado socialista.

E são as eventuais inconstitucionalidades que nesta altura ameaçam a data de entrada em vigor do OE/13 cuja apresentação terá de ser feita até ao próximo dia 15 de Outubro. Bacelar Vasconcelos defende que basta um quinto dos deputados (46) para, depois de aprovada a Lei do Orçamento no Parlamento, podem solicitar a fiscalização preventiva da legislação por parte do



Bacelar Vasconcelos alerta para a probabilidade "elevada" do OE não entrar em vigor em caso de falta de acordo entre Executivo e Cavaco Silva.



Vitalino Canas, constitucionalista e deputado do PS, considera que o Governo "ou não leu o acórdão do Tribunal Constitucional ou está a tentar desafiar-lo".



José Lello, deputado socialista, diz-se pronto para levar a legislação ao TC, mas só depois de conhecer a posição oficial de Cavaco Silva sobre o tema.

TC. "O TC tem prazos para decidir e são poucas semanas: Mas no caso de veto, o Presidente da República é obrigado a vetar o diploma e a devolver-lo à Assembleia", diz o constitucionalista que lembra que "não seria a primeira vez que um OE não entrava em vigor a 1 de Janeiro". Vitalino Canas discorda. "A Lei do Orçamento não é uma lei orgânica e só o Presidente pode pedir a fiscalização preventiva. Os deputados só o poderão fazer sucessivamente", defende o socialista.

Garantido é que já há quem se prepare para encaminhar a lei ao TC. "Estamos prontos a reeditar a luta anterior com a fiscalização sucessiva", confirma ao Diário Económico José Lello que, no entanto, afasta a possibilidade de avançar com a fiscalização preventiva quanto às medidas. "Primeiro esperamos que o documento passe no Parlamento, depois veremos a posição do PR e caso vermos que então avançaremos", diz. ■

Manifestação no próximo sábado

Está agendada para o próximo sábado uma manifestação em frente à representação permanente da 'troika' em Portugal, na Praça José Fontana em Lisboa. A convocatória, assinada entre outros pelo músico António Pinho Vargas, a atriz São José Lapa, o escritor e jornalista António Costa Santos ou o dramaturgo Tiago Rodrigues, é feita sob o lema "Que se lixe a 'troika'! Queremos as nossas vidas!". No evento, no facebook, são já mais de nove mil as presenças confirmadas. Nesse mesmo dia, em Madrid será realizada uma manifestação, também contra a 'troika', envolvendo sindicatos e movimentos sociais.